

# País passou por quatro anos de recessão

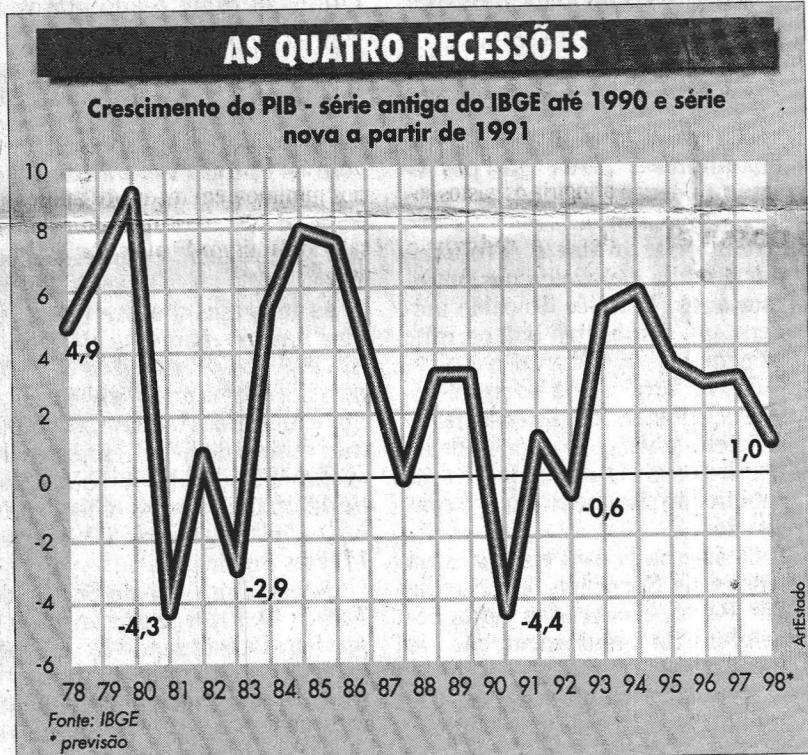
Nível de atividade da economia, medido pelo Produto Interno Bruto, caiu em 81, 83, 90 e 92

Nos últimos 20 anos, o Brasil passou por quatro anos de recessão: 1981, 83, 90 e 92. Nesses períodos, o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu, caracterizando o que os manuais de economia chamam de recessão.

A queda no valor do PIB é o jeito formal de registrar uma recessão. Na prática, a recessão é marcada por redução da produção industrial, menor volume de vendas no comércio, aumento do desemprego, falências e concordatas de empresas, crescimento da inadimplência e tantos outros resultados negativos provocados pela queda geral no nível de atividade.

Como a população continua crescendo, quando o PIB geral cai, o PIB per capita (a renda média de cada pessoa da população), cai ainda mais. Em 1990, por exemplo, o PIB total caiu 4,4%. Como a população aumentou 2,1%, a queda da renda por habitante foi maior: 6,7%. É o mesmo que dizer que uma pessoa que recebesse R\$ 100 em 1989 teria recebido apenas R\$ 93,3 em 1990.

**Anos 80** – Em 1981, o PIB caiu 4,3% e, em 1983, a retração foi de 2,9%. No meio dessas duas quedas, o ano de 1982 encerrou com crescimento de 0,8%. Como foi um resultado muito baixo, os economistas costumam avaliar que o País passou por um longo período recessivo de três anos. O PIB saiu de US\$ 250 bilhões em 1980 para terminar 1983 em US\$ 209 bilhões. No acumulado deste triênio, o PIB per capita caiu 11,3%. A recessão do início dos anos 90 teve duas causas principais: o choque do



petróleo em 1979 e esgotamento das fontes externas de financiamento.

Há semelhanças entre o quadro atual e o de 1983: na época, o fluxo de capitais externos acabou (o México decretou moratória em 1982 e o próprio Brasil suspendeu seus pagamentos externos no fim de 1982). A dificuldade de pagamento ficou clara em setembro daquele ano, mas só foi anunciada após as eleições de novembro de 1982, quando o País começou a negociar um acordo com o FMI. O Brasil encerrou 1992 com um déficit em conta corrente equivalente a 5,8% do PIB em 1982. A recessão de 1983 serviu para reduzir a dependência externa e o déficit caiu para 3,3% do PIB.

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega avalia que a única se-

melhança entre o período atual e a recessão do início dos anos 80 é a queda dos fluxos internacionais de capitais. "Hoje, a crise fiscal é muito maior que início década 80, quando não havia a nova Constituição que limitou a gestão fiscal", diz, acrescentando que naquele época, a inflação anual já estava muito perto dos três dígitos (superior a 100%).

O déficit público brasileiro também era alto no início dos anos 80, mas não tanto como o atual. O País encerrou 1982 com um déficit nominal (que considera os efeitos da inflação) de 16,9% do PIB. Na carta de intenção encaminhada ao FMI, o governo propunha-se a reduzir esse déficit à metade, chegando a 8,8% do PIB. Proporcionalmente, era um resultado menos ruim que o atual por

causa da inflação.

Para o ex-ministro, outra diferença positiva do período atual é que no passado não havia o benefício da competição externa para aumentar eficiência e reduzir preços internos.

**Anos 90** – No ano de 1990, a recessão foi induzida pela equipe econômica para reduzir a inflação. No início do ano, o País caminhava para uma hiperinflação, com a taxa de março projetando mais de 80% ao mês. De novo, a recessão durou três anos. O PIB caiu 4,4%, em 1990, cresceu 1,2% no ano seguinte, para voltar a cair em 1992. O principal instrumento para a indução da recessão foi o confisco dos cruzados.

Para induzir a redução dos preços internos, o governo também abriu a economia, reduzindo fortemente as tarifas de importação. As importações aumentaram 11% em 1990, enquanto as exportações declinaram 9%. O desemprego foi bastante concentrado na indústria, que passou por um forte processo de reestruturação e terceirização de atividades.

Para o economista Flávio Nolasco, o cenário ainda não é de recessão para 1999. "Se o governo perder o controle cambial, esse será o quadro", diz ele. "Por enquanto, o quadro para o ano que vem é de PIB reprimido, mas não negativo", argumenta. Ele concorda com a previsão do secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros, que projeta dois momentos distintos para o próximo ano: o ajuste fiscal do primeiro semestre abrirá espaço para a queda de juros, permitindo recuperação da economia brasileira no segundo semestre. "A demanda é tão absurdamente contida no Brasil, que com qualquer espaço ela explode e vai com tudo", avalia Nolasco. (D.N.)